

V.20 nº42 (2024)

REVISTA DA

AN PE GE

ISSN 1679-768X

A stylized lowercase letter 'a' in a white, rounded font, positioned above the organization's name.

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

REVISTA DA
**AN
PE
GE**



HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

As periferias urbanas na Revista Brasileira de Geografia: tendências e perspectivas entre 1939 e 1996

Urban peripheries in the Brazilian Journal of Geography: trends and perspectives between 1939 and 1996

Periferias urbanas en la Revista Brasileña de Geografía: tendencias y perspectivas entre 1939 y 1996

DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.19164

MARCIO RUFINO SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

ANDRÉ SANTOS DA ROCHA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

V.20 n°42 (2024)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: As pesquisas sobre a geografia urbana se consolidaram no Brasil, e possuem singular participação nos estudos sobre as periferias. Todavia, pouco se discutiu como o tema emerge no âmbito institucional das revistas acadêmicas. Assim, o presente artigo apresenta o levantamento de textos produzidos entre 1939 e 1996 que abordam o tema das periferias urbanas, tendo como fonte a Revista Brasileira de Geografia (RBG). Os textos selecionados foram analisados qualitativamente à luz da trajetória epistêmica da geografia e das transformações políticas e históricas no Brasil. Por isso, foi possível estabelecer uma periodização que revela tendências e perspectivas, entre os quais, são: a transição da visão da periferia como elemento geométrico para abordagem de conteúdo social; a relação dos períodos com as bases epistêmicas hegemônicas; certa predominância de estudos sobre o Rio de Janeiro; e a percepção da RBG como fonte para análises críticas sobre o urbano e a produção sobre a urbanização.

Palavras-chave: urbanização; áreas periféricas; História do Pensamento Geográfico; RBG.

ABSTRACT: Research on urban geography has been consolidated in Brazil, with a singular participation in studies on the peripheries. However, little has been discussed about how the theme emerges in the institutional scope of academic journals. Thus, this article presents a survey of texts produced between 1939 and 1996 that address the theme of urban peripheries, using the Revista Brasileira de Geografia (RBG) as a source. The selected texts were analyzed qualitatively in the light of the epistemic trajectory of geography and the political and historical transformations in Brazil. Therefore, it was possible to establish a periodization that reveals trends and perspectives, among which are: the transition from the view of the periphery as a geometric element to the approach of social content; the relationship of the periods with the hegemonic epistemic bases; a certain predominance of studies on Rio de Janeiro; and the perception of RBG as a source for critical analysis of the urban and the production of urbanization.

Keywords: urbanization; peripheral areas; History of Geographic thought; RBG.



RESUMEN: La investigación en geografía urbana se ha consolidado en Brasil, con una participación singular en los estudios sobre las periferias. Sin embargo, poco se ha discutido sobre cómo emerge el tema en el ámbito institucional de las revistas académicas. Así, este artículo presenta un repaso de textos producidos entre 1939 y 1996 que abordan el tema de las periferias urbanas, utilizando como fuente la Revista Brasileira de Geografia (RBG). Los textos seleccionados fueron analizados cualitativamente a la luz de la trayectoria epistémica de la geografía y de las transformaciones políticas e históricas en Brasil. Por lo tanto, se logró establecer una periodización que revela tendencias y perspectivas, entre las que se encuentran: la transición de la visión de la periferia como elemento geométrico al enfoque de contenido social; la relación de los períodos con las bases epistémicas hegemónicas; un cierto predominio de los estudios sobre Río de Janeiro; y la percepción de la RBG como fuente de análisis crítico de lo urbano y de la producción de urbanización.

Palabras clave: urbanización; áreas periféricas; Historia del pensamiento geográfico; RBG.

Introdução: como aparecem as periferias urbanas na Revista Brasileira de Geografia?

O presente artigo busca, em um tom de primeira aproximação, realizar o levantamento de artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia (RBG) que abordem, de alguma forma, as periferias urbanas brasileiras, bem como a Geografia nacional e as profundas transformações socioespaciais no país e no mundo, nas últimas décadas.

Outrossim, destacamos igualmente as transformações também dos paradigmas da própria Geografia, enquanto um campo particular do conhecimento, e suas (im)possibilidades diante da crise e do estado crítico atuais. O objetivo do artigo, em geral, é demonstrar ao leitor, a partir da conceitualização contemporânea do tema “periferias urbanas”, como essas realidades socioespaciais são retratadas, de modo geral e especificamente no caso brasileiro, na RBG, abrindo possibilidades presentes e futuras de investigação. Diante da amplitude do que é reconhecer as múltiplas formas como as periferias seriam retratadas, optou-se na pesquisa realizar um recorte qualitativo em textos que pudessem retratar a formação e/ou consolidação das periferias metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa opção é singular para poder apreender também, do ponto de vista qualitativo, as transições epistêmicas, políticas e institucionais que ocorrem no Brasil ao longo do tempo. Neste

sentido, o presente artigo se estrutura em dois blocos: o primeiro, intitulado “O percurso da Coleta: como selecionamos os artigos?”, busca apresentar os elementos que guiaram a pesquisa exploratória apresentada, bem como a eleição dos artigos da RBG que culminarão com organização de um quadro com os artigos destacados. A segunda parte, intitulada “Ensaio de uma periodização: a Revista e os momentos da urbanização brasileira entre 1939 e 1996” traz a contextualização histórico-geográfica de quatro períodos que foram definidos levando em considerações quatro epistêmicos da geografia e político institucionais relacionados ao Brasil e à própria dinâmica da RBG. É neste bloco que faremos exposições da forma como a periferia é retratada ao longo do tempo da revista.

Por fim, estabelecemos um guia de conclusão apresentado um balanço sobre a pesquisa exploratória realizada na seleção de artigos da RBG, destacando tendências e elementos que possam produzir reflexões sobre formas de pensamentos acerca da produção das periferias e a própria produção em geografia urbana.

O percurso da coleta: como selecionamos os artigos?

Sobre os primeiros cinquenta e sete anos de publicação da RBG, é mister indicar que houve, nesse período, intensas transformações no espaço mundial, no campo social, político e econômico. Quanto à urbanização, poderíamos até mesmo afirmar que a própria trajetória de intensificação desse fenômeno foi a marca fundamental dos diversos lugares, regiões e demais territórios mundo afora. Se é possível tratamos da forma urbana como devir da sociedade contemporânea, sugerindo a formação e a consolidação de uma sociedade urbana (Lefebvre, 2008 [1968]; 2008 [1970]; 1986), é possível constatar que, no âmbito latino-americano e, mais especificamente, brasileiro, essa determinação certamente se aprofundou de maneira espetacular nesse período assinalado.

Em termos gerais, a urbanização brasileira, nos últimos oitenta anos, obedece a uma série de requisitos que estão, evidentemente, ancorados sobre a divisão internacional do trabalho, e suas modalidades e dinâmicas ao longo deste período. Esse processo, aliás, está inscrito em vários momentos da história e consolidação do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em vários sentidos (Senra, 2016; Almeida, 2000; Penha, 1993).

Recuando ao início da década de 1940, período imediatamente posterior à data da publicação do primeiro volume da RBG, destacamos que esse momento é bastante paradigmático para a transição entre um Brasil “tradicional”, pautado na lógica agrário-exportadora, presente ao longo dos períodos Colonial, Imperial e da Primeira República, e um Brasil “moderno”, tendente à industrialização e à urbanização. Inclusive, é justamente nessa década que, pela primeira vez, o IBGE organizou o Censo

demográfico e, desde então, o realiza com a periodicidade de 10 em 10 anos, interrompida apenas em 1991 e 2022.

Em 1940, os dados do Censo indicavam que 31% da população brasileira vivia em áreas urbanas, e 69% em áreas rurais. Em 1960, a proporção estava em 55 para 45%; em 1980, 66 para 34%; e, em 2000, 81 para 19%. Finalmente, um estudo encomendado pelo Banco Mundial e tabulado pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) apontava que, em 2022, a proporção estava em 88 para 12%. Inclusive, esse estudo indicava que, mesmo tendo ocorrido no país um intenso êxodo rural entre 1950 e 1980 e havido uma certa redução desse ritmo entre 1980 e 2000, no período entre 2000 e 2022, a população rural no Brasil diminuiu em um ritmo *acima* da média mundial. Ou seja, se, no mundo, o percentual diminuiu 19,2%, no Brasil, diminuiria 33,8% neste último período. Esse estudo, inclusive, destacava que a Argentina diminuiria a sua população rural no mesmo período em 29,5% (de 10,9 para 7,7%) e os países da OCDE em 24% (de 24,4 para 18,5%). A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em parceria com o Dieese, indicou, no anuário de dados de 2023 sobre a agricultura familiar, a diminuição absoluta da população rural de 15 a 32 anos de idade no Brasil, entre 2012 e 2022, da ordem de 15%.¹ Ou seja, esses dados apontam uma continuidade e aprofundamento do êxodo rural também no Brasil contemporâneo, dos últimos 25 anos, e isso revela uma das características mais marcantes das formas negativas da modernização do território, ou o que alguns autores costumam nomear “modernização retardatária”². Apresentamos, a seguir, as suas condicionantes.

Em termos gerais, o período mais intenso do êxodo rural brasileiro, ocorrido entre 1950 e 1980 (os trinta anos, pensando a periferia global, “mais ou menos gloriosos”, diante da “glória” dos países

¹ BRASIL DE FATO. Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e da cidade. 18 fev. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20rural%20no%20Brasil,foi%20de%2019%2C2%25>. Acesso em: 18 maio 2024.

² Dialogando com Kurz (1996 [1991]), podemos definir a “modernização retardatária” conforme segue: sobretudo no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o deslocamento de muitas atividades produtivas industriais para as periferias globais, mais do que ocorrer devido à busca por “mão de obra barata”, realizou-se por causa do próprio desenvolvimento global das forças produtivas, que solapam até mesmo a capacidade de absorção de excedentes cada vez mais colossais interpostos pela penetração das ciências e da revolução microeletrônica nos processos produtivos em sua mundialidade. Novas tecnologias, aliás, são poupadoras de mão de obra também nessas periferias globais, o que ocasiona, nesses territórios, ondas de desemprego e aumento da miserabilidade. São massas inteiras tornadas inservíveis para qualquer absorção possível na extração do mais-valor via irrupção do trabalho abstrato mundializado, e que, assim, campeiam uma condição até mesmo inferior a um “exército de reserva”. O autor, inclusive, argumenta que “[...] a lógica abstrata da rentabilidade, tal como é inerente à mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, não conhece e nem pode admitir algo como uma estratégia politicamente induzida, isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde tem que impor-se inexoravelmente a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar no mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade. [...] Quanto mais alto o nível mundial da produtividade, tanto mais intensidade de capital exige a produção e tanto mais alto e impagável para a maioria dos países pobres é o custo dos investimentos, que muitas vezes já se desvalorizaram no momento em que deveriam induzir produções capazes de aparecer no mercado.” (pp. 171-172)

centrais³), foi condicionado ao crescimento daquelas que hoje são as maiores metrópoles do Brasil, em termos demográficos⁴: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Manaus, entre outras. A cidade de São Paulo, naquele período, multiplicou a sua população por quatro, ou seja, passou de 2.198.000 para 8.587.000; a cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, saltou de 2.377.000 para 5.184.000, duplicando a sua população. Naquele momento, o processo de “modernização”, em ritmos desiguais, expulsa enormes contingentes populacionais dos interiores das regiões Nordeste e Sul, mas também da própria região Sudeste, para as suas crescentes metrópoles, no contexto das grandes obras e projetos de desenvolvimento para a indústria, em um contexto, também, de modernização das atividades agropecuárias (Camarano e Abramovay, 1999). Esses fluxos migratórios, que percorreram intensamente distâncias pequenas, médias e grandes no imenso território nacional, simplesmente *revolucionaram* a sociedade brasileira, no sentido da atualização dos seus pressupostos produtivos elementares vigentes até então (presentes nos resíduos de uma agricultura familiar, de caráter “primitivo”, de subsistência) para uma lógica pautada no incremento quantitativo e qualitativo das *trocas internacionais*.

Não é exagero dizer que o êxodo rural e o processo de desruralização da população brasileira foi (e segue sendo, de acordo com os dados mais recentes, mencionados acima) um dos maiores do mundo, em termos absolutos e relativos. E isso, certamente, não é pouca coisa, e reconhecer a extensão e a radicalidade desse fenômeno em muito poderá nos auxiliar a compreender os termos da sociabilidade urbana no contexto brasileiro contemporâneo.

A “modernização” do campo pode ser lida, também, como um processo bastante acelerado de centralização e concentração da propriedade e dos meios de produção, em suma, centralização e concentração de capitais. Isso denota uma outra característica fundamental na compreensão desse processo: *a subordinação do campo à cidade*, que é uma das marcas mais elementares do que se costuma chamar de “modernidade”, ao se completar no território brasileiro nos trinta anos “mais ou menos gloriosos”, nivelou de modo abrupto e, ao que parece, definitivo, as prerrogativas do que costumamos chamar de rural e de urbano. Isso quer dizer que o urbano suplantou completamente, ao menos no Brasil, o mundo rural? Essa é uma boa polêmica, e certamente os movimentos e as lutas sociais do campo e da cidade a enfrentam na prática de seus embates.⁵

³ A expressão “trinta anos gloriosos”, utilizada por vários pensadores das humanidades desde o último quarto do século 20, trata de um período de crescimento e desenvolvimento econômico notável nos países “centrais”, típico do capitalismo vigente entre 1945 e 1975, mais ou menos. Dado que, desde então, tais resultados nunca mais se repetiram nesses países, esse período “glorioso” destacou-se sobremaneira no imaginário político e social transposto em tantas produções acadêmicas.

⁴ Dados do Censo do IBGE de 2022, seguindo a ordem do município mais populoso para os demais.

⁵ Apresentamos, aqui, um exemplo desse embate: como tratarmos do estatuto da relação centro-periferia, no que diz respeito a essa urbanização, rápida, dramática e violenta, que está na base dessa radical reconfiguração do tecido social brasileiro, que vem sendo efetivada nos últimos 80 anos? Um dos principais argumentos levantados a partir das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é que o “inchaço urbano”

E como esse movimento foi exposto, afinal, na própria trajetória da RBG? Não pretendendo dar uma resposta “definitiva” a essa pergunta, e sim iniciando um diálogo com a vastidão de artigos e outras contribuições que, de algum modo, almejavam mobilizar o saber geográfico e seu acervo para desvendar as tessituras desse fenômeno (Camargo, 2009; Barcellos, 2010; Aquino, 2016), indicamos, aqui, uma seleção de artigos que, de algum modo, tratavam de questões afeitas ao crescimento urbano e metropolitano e, mais ainda, do processo de *periferização* das cidades brasileiras.

A seleção de artigos foi feita de acordo com os seguintes critérios, segundo as suas abordagens: a) aspectos ou questões atinentes os arredores imediatos (ruralizados ou em vias de urbanização) das atuais capitais brasileiras (em especial Rio de Janeiro e São Paulo, cujo enfoque esclareceremos adiante); b) a transição rural-urbana e a expansão do tecido urbano nessas metrópoles; e, finalmente, c) a “periferização” urbana.

Quadro 1 - seleção de texto que trazem a abordagem urbana na RBG de 1939 a 1996

| Edição da RBG | Artigo |
|------------------------|---|
| v. 1, n. 2, abr. 1939 | ABREU, Silvio Fróis. O recôncavo da Baía e o petróleo do Lobato, p. 57-83. |
| v. 6, n. 4, jan. 1944 | RUELLAN, François. Evolução geomorfológica da Baía de Guanabara e das regiões vizinhas, p. 445-508. |
| v. 13, n. 4, jan. 1951 | SETZER, José. O estado atual dos solos do município de Itapecerica, SP, p. 515-546. |
| v. 16, n. 3, jul. 1954 | GEIGER, Pedro Pinchas e SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense, p. 291-314. |
| v. 17, n. 2, abr. 1955 | CAMPOS, Maria da Glória de Carvalho. Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na Baixada da Guanabara, p. 123-152. |
| v. 18, n. 2, abr. 1956 | BERNARDES, Lísia Maria C. Problemas da utilização da terra nos arredores de Curitiba, p. 271-276. |

brasileiro atual, conjugando altos índices de pobreza e miséria, bem como a inviabilidade de uma vida efetivamente digna e cidadã nesses bolsões, se deve à não-realização de uma efetiva reforma agrária no país. Nas condições atuais de mobilização político-econômica do território brasileiro, em condições radicalizadas pela sua inserção na divisão internacional do trabalho no âmbito do capitalismo financeiro, essa bandeira argumenta que uma pauta de modernização até mesmo liberal e capitalista do século 19, que é a reforma agrária, aparece como um dos maiores impasses da sociedade brasileira contemporânea.

| | |
|---------------------------|---|
| v. 18, n. 4, out. 1956 | GEIGER, Pedro Pinchas. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara, p. 495-522. |
| v. 20, n. 3, jul. 1958 | SANTOS, Milton. Localização industrial em Salvador, p. 245-276. |
| v. 20, n. 4, out. 1958 | SILVA, Hilda da. Uma zona agrícola do Distrito Federal – o Mendanha, p. 429-462. |
| v. 21, n. 1, jan. 1959 | BARCELOS, Marieta Mandarino. Ocupação humana e aproveitamento do município de Mangaratiba, p. 63-102. |
| v. 21, n. 2, abr. 1959 | MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Aspectos geográficos do abastecimento do Distrito Federal, p. 165-190. |
| v. 21, n. 3, jul. 1959 | BERNARDES, Nilo. Notas sobre ocupação humana da montanha no Distrito Federal, p. 363-388. |
| v. 22, n. 1, jan. 1960 | GEIGER, Pedro Pinchas. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro, p. 3-46. |
| v. 22, n. 3, jul. 1960 | ALONSO, Delnida Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí, p. 381-431. |
| v. 22, n. 4, out. 1960 | TÍRICO, José Domingos. A região do alto curso superior do Tietê, p. 519-584. |
| v. 23, n. 3, jul. 1961 | BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro, p. 495-526. |
| v. 24, n. 2, abr. 1962 | SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu – absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro, p. 155-255. |
| v. 27, n. 2, abr. 1965 | CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju, p. 233-259. |
| v. 33, n. 1, jan. 1971 | PÉBAYLE, Raymond. A área rural do Distrito Federal brasileiro, p. 39-84. |

| | |
|-----------------------------|---|
| v. 33, n. 2, abr. 1971 | LANGENBUCH, Juergen Richard. O sistema viário da aglomeração paulistana – apreciação geográfica da situação atual, p. 3-38. |
| v. 33, n. 4, out. 1971 | BERNARDES, Lysia Maria C. Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro, p. 99-108. |
| v. 36, n. 1, jan. 1974 | DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais, p. 53-98. |
| v. 37, n. 1, jan. 1975 | FAISSOL, Speridião; GALVÃO, Marília; GEIGER, Pedro P. Estudos urbano-regionais na área de influência do Recife, p. 3-49. |
| v. 37, n. 3, jul. 1975 | TEIXEIRA, Marlene P. V. Padrões de ligações e sistema urbano: uma análise aplicada aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, p. 16-55. |
| v. 38, n. 1, jan. 1976 | LINDGREN, C. Ernesto S.; BARBOSA, Elane Frossard; PETIERLE, Roberto Tavares. Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro, p. 83-123. |
| v. 38, n. 4, out. 1976 | OLIVEIRA, Lúcia Helena Garcia de. Algumas considerações sobre a implantação de distritos industriais, p. 22-69. |
| v. 39, n. 2, abr. 1977 | FREIRE, Lucy A. da; SOARES, Maria Therezinha Segadas; TEIXEIRA, Marlene P. V. Organização espacial da agricultura no Estado do Rio de Janeiro, p. 41-98. |
| v. 39, n. 4, out. 1977 | CASTRO, Iná Elias de; ROCHA, Maria do Socorro; SANT'ANNA, Marina. Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização, p. 66-81. |
| v. 40, n. 3-4, jul. 1978 | SOUZA, Albenildes Ramos de. Estudo locacional para a implantação de escolas profissionalizantes de 2º grau no Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, p. 131-232. |
| v. 41, n. 4, out. 1979 | OLIVEIRA, Jane Souto de. Condições de vida da população de baixa renda nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre, p. 3-58. |

| | |
|---------------------------|---|
| v. 42, n. 2, abr. 1980 | 1980/04, v. 42, n. 2. MIRANDA, Mariana Helena de Souza Palhares de. Crescimento periférico da Cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais da ocupação residencial, p. 265-309. |
| v. 43, n. 4, out. 1981 | VETTER, David Michael. A segregação residencial da população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal, p. 587-603. |
| v. 43, n. 4, out. 1981 | LIMA, Maria Helena Beozzo de. Condições de habitação da população de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, p. 605-629. |
| v. 44, n. 2, abr. 1982 | BEZERRA, Vera Maria d'Ávila Cavalcanti; CRUZ, Jana Maria. Imigração e favelas: o caso do Rio de Janeiro em 1970. (p. 357-367) |
| v. 45, n. 1, jan. 1983 | BEZERRA, Vera Maria d'Ávila Cavalcanti; CRUZ, Jana Maria; BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. (p. 51-92) |
| v. 48, n. 3, jul. 1986 | MASSENA, Rosa Maria Ramalho. A Distribuição espacial da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, p. 285-331. |
| v. 48, n. 3, jul. 1986 | 1986/07, v. 48, n. 3. DAVIDOVICH, Fany. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro, p. 333-371. |
| v. 49, n. 2, abr. 1987 | FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jana Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. (p. 27-56) |
| v. 50, n. 2, abr. 1988 | O'NEILL, Maria Mônica; NATAL, Marília Carneiro. Mobilidade residencial: alguns comentários. (p. 125-131) |
| v. 51, n. 4, out. 1989 | MAGALHÃES, Rubem José Leão de; DUARTE, Aluizio Capdeville. Proposta de distritos eleitorais para o Estado do Rio de Janeiro, segundo as bases territoriais da bancada fluminense no Congresso Nacional. (p. 79-96). |

| | |
|-----------------------------|--|
| v. 52, n. 1, jan. 1990 | SILVA, Ciléia Souza da; RODRIGUES, José Carlos Valim; CÂMARA, Nelly Lamarão. Saneamento básico e problemas ambientais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, p. 4-103. |
| v. 54, n. 1, jan. 1992 | MASCARENHAS, Gilmar. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989, p. 91-116. |
| v. 56, n. 1-4, jan. 1994 | MACHADO, Monica Sampaio. A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói, p. 135-164. |
| v. 57, n. 1, jan. 1995 | ROSENDAHL, Zeny. Espaço sagrado: o exemplo de Porto das Caixas, Baixada Fluminense, p. 53-72. |
| v. 57, n. 2, abr. 1995 | SILVA, Carlos Alberto Franco da. A segregação residencial carioca sob a égide do capital incorporador, p. 5-27. |

Na seleção acima, privilegiamos, de certo modo, os artigos que tratam de aspectos da “periferização” das atuais regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa opção ocorre porque, em primeiro lugar, a presença de artigos que abordam essas regiões é bem mais expressiva do que a de contribuições sobre as demais. Em segundo lugar, porque, além de ambas as regiões serem, há décadas, as mais populosas do país, as múltiplas articulações entre ambas sugerem, de certo modo, a formação da primeira “megarregião” (Lencioni, 2015) do contexto brasileiro e, talvez, do Hemisfério Sul.

A partir dessa seleção, é possível constituir alguns pressupostos iniciais. Primeiramente, é visível a grande presença de estudos “regionais” nos primeiros anos, principalmente até a década de 1970; daquele momento em diante, assumem centralidade os “temas”, como os transportes e a mobilidade, a urbanização e a metropolização, hierarquia de lugares centrais, padrões de segregação socioespacial, promoção imobiliária, habitação, saneamento básico etc.

Em segundo lugar, torna-se visível a aparição dos paradigmas “teórico-quantitativos” em meados dos anos 1960, muito presentes até o início da década de 1980; dessa década em diante, aparecem artigos com perspectivas “críticas”, questionando a periferização, as condições da habitação da população de baixa renda, a favelização, o crescimento da criminalidade violenta etc. Por último,

chama atenção a grande proporção da autoria de mulheres na publicação dos artigos selecionados em relação aos homens, e isso desde a década de 1950.⁶

Cabe mencionar que essa seleção não é definitiva, mesmo porque ela não engloba os textos que teriam vínculos menos diretos com o tema das “periferias urbanas”, mas que incluem, de certo modo, a dinâmica de formação dessas localidades no contexto da metrópole contemporânea. Além disso, ela não incorpora outros artigos que tratam, de modo mais ou menos explícito, da “geografia regional”, “geografia urbana” e da “geografia das indústrias”, inclusive das áreas fronteiriças às regiões metropolitanas destacadas aqui (como, por exemplo, monografias sobre as cidades de Atibaia [SP], Petrópolis [RJ], Jundiaí [SP]⁷ etc.). Finalmente, o tema das migrações (diferenciais entre “nativos” e imigrantes, padrões espaciais desses movimentos, migrações e favelas etc.), muito presente sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970⁸, embora visasse esclarecer, de algum modo, o intenso processo de urbanização e “periferização” das metrópoles, abrangia escalas mais amplas do que a metropolitana. Essas temáticas “correlatas” à urbanização e “periferização” certamente merecem contribuições e abordagens futuras.

Ensaio de uma periodização: a Revista e os momentos da urbanização brasileira entre 1939 e 1996

Em termos gerais, lidando com os critérios de seleção e a posterior análise dos textos elencados, foi possível vislumbrar o quanto o tema da periferização urbana vai se afirmando em sua capilaridade e centralidade, ao longo desses cinquenta e sete anos, na Geografia divulgada na RBG. É por essa razão que, no tópico a seguir, demonstraremos um ensaio de periodização dessas publicações e comentaremos brevemente alguns artigos listados anteriormente.

⁶ No entanto, pesquisas recentes, que ilustram as relações de gênero entre a(o)s autora(s) dos artigos da RBG ao longo desse período, indicam uma proporção muito baixa de presenças femininas nessas contribuições. Cesar e Pinto (2018) indica, por exemplo, que, dos 723 artigos publicados entre 1939 e 2005, apenas 228 (31,5%) foram escritos por mulheres.

⁷ SILVA, Carlos Frederico dos Santos. Atibaia. RBG, v. 11, n. 4, out. 1949, pp. 543-570; MAGALHÃES, J. Cesar de. A função industrial de Petrópolis. RBG, v. 28, n. 1, jan. 1966, pp. 19-56; e DAVIDOVICH, Fany. Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962. RBG, v. 28, n. 4, out. 1966, pp. 329-374.

⁸ BECKER, Olga Maria Schild e OLIVEIRA, Zuleika Lopes Cavalcanti de. Proposição metodológica para análise dos diferenciais entre imigrantes e nativos nas áreas metropolitanas do Sudeste. RBG, v. 37, n. 2, abr. 1975, pp. 3-43; TAYLOR, Harry W. Padrões espaciais de migração – Estado de São Paulo. RBG, v. 37, n. 2, abr. 1975, pp. 77-90; CORRÊA, Roberto Lobato. Localização inicial do imigrante na cidade: o caso do Rio de Janeiro. RBG, v. 38, n. 3, jul. 1976, p. 116-121; FREITAS, Aida Laura Ferreira de. O Aspecto migratório da Região Sudeste: um estudo da situação socioeconômica da população migrante e natural segundo características de áreas. RBG, v. 40, n. 2, abr. 1978, pp. 3-35; CASTRO, Mary Garcia et. al. Informe preliminar sobre características gerais da população, segundo caminhos migratórios: Estado do Rio de Janeiro em 1974-75: áreas metropolitana, urbana e rural não metropolitana. RBG, v. 42, n. 3, jul. 1980, p. 516-569; DAVIDOVICH, Fany. A Migração como indicador para o estudo de aglomerações urbanas no Brasil. RBG, v. 43, n. 1, jan. 1981, pp. 65-85.

É importante pensar como as menções de “periferia” irão emergir e se consolidar ao logo da seleção destes textos. A entrada deste termo parte de uma simples conotação geométrica para ganhar fôlego enquanto conteúdo social mais amplo. Essa evolução e prevalência de estudos relacionados ao mundo urbano fazem parte da interpretação das transformações do território brasileiro e a consequente consolidação elementos urbano-metropolitano.

Desse modo, nesta parte iluminaremos, a partir de uma periodização, a interrelação entre os paradigmas da Geografia brasileira, em seu diálogo com a produção geográfica de outros países (expondo o contexto da circulação de ideias diante de traduções de textos e obras e diante de outros intercâmbios), e os contextos sociais, econômicos e políticos que lastrearam a produção da Revista naquele período. Além disso, em cada “período”, faremos a exposição mais pormenorizada dos conteúdos de dois a quatro artigos da RBG que consideramos mais “paradigmáticos”, bem como ensaiaremos diálogos possíveis entre esses artigos.

a) 1939-1964: elementos da Geografia Clássica entre o Estado Novo e a Institucionalização do IBGE.

Os estudos que inauguram o primeiro ciclo de produção científica da Revista Brasileira de Geografia estão associados à própria Institucionalização do IBGE em 1938. A criação deste instituto é a reverberação do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e consequentemente aos caminhos de implantação do que caracteriza o Estado Novo (1937 a 1945). Para Monica Machado (2000), este período apontava para a necessidade de construção de um modelo institucional, para pensar um Estado capitalista-industrial que pudesse dar conta de novas demandas de organização e centralização política.

A organização do Estado Brasileiro passaria tecnicamente pelo reconhecimento e controle de seu território e de suas dinâmicas próprias. Reconhecer as transformações de um país que aspiraria alçar o modelo industrial, marcado por uma política de substituição das mercadorias, envolvidas taticamente reconhecer as suas principais áreas urbanas e industriais, ou no mínimo compreender as dinâmicas que estão atravessando as maiores aglomerações urbanas daquele contexto: Rio de Janeiro e São Paulo. Por isso, se de um lado os estudos ganham uma dimensão exploratória, como uma grande apresentação do Brasil e dos usos de seu território, por outro, o enfoque em recortes específico e abordagens teórico-metodológicas são, de certo modo, o espelhamento da forte influência da *geografia francesa*, que ganhou seiva no padrão interpretativo de maior parte dos estudos elencados. Cabe destacar aqui, o exemplo mais de 14 entradas de Max Sorre e 9 indicações de Jean Tricart (entre citações diretas e indiretas) feitas ao longo do texto por Maria Therezinha de Segadas Soares (1962).

A partir da construção de um mapeamento dos títulos dos trabalhos foi possível construir uma nuvem de palavras que expressam bem as tendências de abordagens escritas neste período entre 1939 e 1964.

Guanabara, como uma expressão periférica, sobretudo como projeção da presença da cidade do Rio de Janeiro. Nestes sentidos, cidades que comumente são tratadas como hodiernamente como “Grande Rio” ou contemporaneamente de “Baixada Fluminense” são retratados com características de uma periferia urbana.

A maioria das cidades de grande população se encontra nas vizinhanças da Capital Federal. Uma das causas do seu crescimento é justamente esta proximidade, pois isto permite que muitos de seus moradores trabalhem no Rio de Janeiro. Este deslocamento de trabalhadores em distâncias cada vez maiores tornou-se possível com a modernização dos meios de comunicação, instalação de ferrovias e abertura de rodovias. *A eletrificação da Central e ampliação da rede rodoviária na zona da Guanabara nos últimos tempos tem ajudado a expansão de cidades como Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis, São Gonçalo etc., chamadas "cidades-dormitório". São centros industriais e residenciais ao mesmo tempo.* (Geiger e Santos, 1954, p. 301-302, grifos nossos)

A condição de cidade-dormitório e lugar da moradia de população trabalhadora são elementos singulares das características da periferia que vai se consolidar neste período. Outro aspecto, sobre essas periferias se refere ao processo de industrialização, demonstrando a importância de cidades como Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Nilópolis.

Essa periferação, está posta tanto como processo espacial quanto por uma condição geométrica, que ganha respaldo na distância da cidade do Rio de Janeiro em relação às suas cidades “vizinhas”. Essa irradiação do vetor de urbanização se consolida por dorsais dos sistemas de transportes que vão anexar os demais territórios à “Célula urbana do Rio de Janeiro”. Trata-se de uma urbanização que se organiza tanto pelos tentáculos das redes de circulação quanto pela acelerada passagem de um uso agrícola para o urbano, marcado por uma nova forma de parcelamento do solo: os loteamentos. Esses são exemplos presentes nos textos de Pedro Geiger Pinchas, em o “Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro” publicado na edição de 1960; de Lysia Bernardes, “Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro, de 1961; e do texto singular do Maia Therezinha Segada Soares, intitulado “Nova Iguaçu – absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro, publicada no ano de 1962”

Os referidos textos de alguma forma, ao tentar traçar perfil de uma estrutura urbana, deixam claro os elementos interpretativos da chamada periferia geométrica em associação da periferia social. Assim de alguma forma, os manuscritos acabam por associar os aspectos de uma periferia direta, que se organizava em áreas de maior proximidade, apresentando seus modos de ocupação. Neste mesmo período, a RBG publica dois textos, sobre duas cidades que embora não fizessem parte de uma

periferia direta de alguma forma já sofre influência direta de uma dinâmica urbano-metropolitana: são os casos dos textos sobre Mangaratiba e Itaguaí. O primeiro foi escrito por Marieta Barcelos, publicado em 1959 e o segundo texto é publicado no ano seguinte de autoria de Denilda Martinez Alonso.

É importante salientar que, em grande medida, os textos que traziam a compreensão destas transformações espaciais e produtivas estavam narrando verdadeiramente aspectos das condições de uma periferia que, de alguma forma, ganha importância, ao entendê-la como um componente essencial ao sistema produtivo. É salutar destacar que todos os textos, em maior ou menor grau, apresentam elementos associados a transformações e usos econômicos dos espaços; todavia, três deles possuem essa abordagem mais enfática: são os textos de Maria da Glória de Carvalho Campos, “Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na Baixada da Guanabara” de 1955; de Pedro Geiger, “Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara”, publicado em 1956 e de Myriam Gomes Coelho Mesquita, que escreve sobre “Aspectos geográficos do abastecimento do Distrito Federal” no ano de 1959.

Por fim, como foi relatado, há uma predominância de estudos urbanos sobre o Rio de Janeiro; no recorte temporal elencado, apenas dois textos retratam elementos sobre São Paulo, que são os textos de José Setzer, que trata dos “estado atual dos solos do município de Itapeverica, SP” publicado em 1951, e o texto de José Domingos Tírico sobre “A região do Alto Curso do Tietê”, de 1960. Os textos tratam de cidades que hoje integram a Região Metropolitana de São Paulo, citando cidades como Itapeverica da Serra, Mogi das Cruzes e Salesópolis.

O primeiro texto apresenta uma ênfase na compreensão de tipologia e classificação dito nos solos de Itapeverica da Serra, sem tratar, portanto, da condição de produção urbana e periférica. Já o segundo referenda os elementos singulares do processo de ocupação de municípios que hoje integram a região metropolitana, apresentando elementos de suas industrialização e ocupação, dando ênfase em grande parte do seu texto a Mogi das Cruzes. Há também nesta abordagem uma forte presença da geografia francesa, sobretudo pelo emprego de categorias como *paisagem e habitat*, com a presença no seu referencial de autores como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines. Uma situação singular é que as condições gerais de produção da periferia emergem de forma bastante distintas daquelas que são apresentadas nos demais textos com abordagem sobre o Rio de Janeiro⁹. Elemento que permite pensar dinâmicas próprias da concepção de muitas formas das periferias e seus aspectos.

⁹ É importante destacar que há inúmeros elementos similares da análise do texto de José Domingos Tírico (1960) com o texto publicado pela Maria Terezinha de Segadas Soares (1962), tais como análise da expansão urbana, análise do crescimento urbano associada às redes de circulação, emprego de mapas para apresentar densidades e formas de ocupação.

b) 1964-1978: novos paradigmas da Geografia diante da afirmação do Regime Empresarial-Militar

O período de 1964-1978 que vai marcar as seleções de textos que potencialmente abordam elementos urbanos-metropolitanos e conseqüentemente interfaces ou abordagem sobre as periferias em constituição, trazem a reboque elementos políticos institucionais e epistêmicos que caracterizam a sociedade brasileira e a próprias dinâmica da Geografia enquanto Campo¹⁰ do conhecimento no Brasil.

No plano de vista político institucional, o país entrava nos primeiros anos da ditadura cívico-militar. O IBGE, de certa forma constituía-se com parte do aparelho de estado, portanto debates de cunho mais crítico ou com certa abordagem social não são tão privilegiados. No âmbito acadêmico, a aproximação da abordagem daquilo que chamou New Geography, e chega ao Brasil com a geografia quantitativa, reforçou apelo a abordagem que traziam em seu bojo análises estatísticas e matemáticas, e/ou muitas vezes buscando consolidar e apresentar modelos de interpretação sobre o Brasil em transformação, sobretudo o mundo urbano que está emergindo. Como exemplo, podemos citar os textos de Marlene Teixeira (1975), intitulado “Padrões de ligações e sistema urbano: uma análise aplicada aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro”, que faz estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro e esboça sua análise a partir da Teoria dos lugares centrais e dos grafos. Segundo a autora “A formulação deste modelo e o seu teste ao conjunto estadual Guanabara-Rio de Janeiro constituem os objetivos básicos deste trabalho, que virá contribuir para o conhecimento do padrão de relacionamento e suas conseqüências urbanas num sistema dominado por uma metrópole” (Teixeira, 1975, p. 17). Seu estudo é interessante por expressar uma compreensão cidades sobre a atual periferia metropolitana como Nova Iguaçu, Magé, e Duque de Caxias com as interações e ligações com cidades não metropolitanas (p. 44), tendo destaque para Nova Iguaçu que aparece já neste texto como uma importante centralidade de conexões com outras cidades não metropolitanas.

Outro texto, é de Ernesto Lindgren, Elane Frossard Barbosa e Roberto Tavares Petierle (1976), que tem como título “Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro”, que é fortemente ancorado nas teorias das localidades centrais de Walter Christaller, aderindo em sua sistematização a uma série de fórmulas, cálculos e recursos estatísticos. O texto tem como foco identificar cento de negócios na cidade do Rio de Janeiro a partir da “análise do comércio varejista e prestação de serviços à população residente nos 80 bairros”. O material é singular por trazer menção direta de bairros como Campo Grande, Realengo, Padre Miguel. Referencia Campo Grande já como importante centralidade, destacando que há uma dinâmica de sinergia e interação de fluxos entre os bairros próximos, o que de alguma forma consolida as hipóteses de formação de um Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro

¹⁰ A ideia de Campo está ancorada na noção “Campo” apresentada por Pierre Bourdieu (1976)

Ainda na referida nuvem de palavras, está representada claramente a preponderância de estudos sobre o Rio de Janeiro. Dos trabalhos elencados, 5 artigos trazem a palavra Rio de Janeiro em seu título e 8 trazem informações, exemplificam ou citam diretamente exemplos dos estudos fluminenses. Neste contexto, de autorias sobre o Rio de Janeiro aparecem nomes que reforçam o interesse de investigações nestes segmentos de estudos urbanos mais amplos: são os nomes de Lysia Bernardes, Maria Therezinha de Segada Soares, Marlene Teixeira e Pedro Geiger. Há uma expressiva produção realizada por mulheres que possuem um papel intelectual importante, configurando uma questão que pode ser potencialmente aprofundada em futuros estudos.

Apenas o texto de Juergen Richard Langenbuch (1971), intitulado “O sistema viário da aglomeração paulistana – apreciação geográfica da situação atual” traz indicações diretas sobre São Paulo. Apesar de único, o manuscrito, que é um trecho da tese de Doutorado do autor sob forte influência da geografia francesa, busca retratar o sistema viário de São Paulo e, ao seu turno, acaba por retratar o papel do sistema de circulação no espraiamento e formação de suas periferias e das próprias integrações da região metropolitana, mencionando, por exemplo:

Outra porção da aglomeração que merece algumas considerações específicas é a *periferia suburbana*, considerando-se como tal, tanto as partes mais afastadas, menos *densamente urbanizadas*, do Município de São Paulo, quanto os municípios vizinhos de Guarulhos, São Caetano do Sul, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Taboão da Serra e Osasco. (Langenbuch, 1971, p. 31, grifos nossos)

As distintas noções sobre o processo de arruamento e constituição de vias, “abordando apenas casualmente as obras ora em curso e os projetos propostos ou aprovados” (Langenbuch, 1971, p.34) vão revelando o teor de materialidade que vai traçar a perspectiva de expansão urbana e de “incorporação das zonas periféricas”. Por fim, não poderíamos deixar de mencionar que a emergência de temas sobre a região e dimensão da Metrópole estão em emergência neste período. Trata-se claramente de uma busca para pensar categorias que pudessem dar a compressão institucional das formações das regiões metropolitanas. Sobretudo em alusão a Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que instituiu originalmente as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. O estabelecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro vai emergir quase um ano após (1974), e aparece registrado, por exemplo no estudo realizado “Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização”, do ano de 1974, de autoria de Iná Elias de Castro, Maria do Socorro Rocha e Marina Sant’anna. O referido estudo vai ainda pensar a consolidação destas regiões através de estudos de correlação entre

“indicadores sociais”¹¹ para pensar o planejamento para pensar “a impossibilidade da infra-estrutura do sistema previdenciário do INPS em acompanhar, satisfatoriamente, o aumento da massa em crescimento”. Na perspectiva de definição compressão das características sociais das regiões Metropolitana, o texto acaba por apresentar tanto as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, consolidando as feições bem próximas do que conhecemos hoje, e neste sentido vai consolidado a ideia de periferia não apenas associada a dimensão geométrica, mas também ao seu conteúdo social e econômico.

c) 1978-1993: a renovação crítica da Geografia diante da abertura política e da redemocratização do Brasil.

Esse período, em termos gerais, se destaca pelo aprofundamento de debates acerca da urbanização e periferação, instituindo questões sobre as condições de vida em geral, requisitando o acesso aos direitos próprios da realidade urbana. Além disso, é muito expressiva a quantidade de textos que, em uma perspectiva mais ou menos crítica, abordam, no âmbito especificamente urbano e metropolitano, questões como condições de vida, pobreza, periferação, educação, habitação, transportes, saneamento, condições ambientais, segregação socioespacial, estrutura urbana, criminalidade etc. Em termos gerais, conforme veremos a seguir, esses temas assumem grande centralidade nos artigos publicados nesse período.



¹¹ No referido texto são tratados como indicadores dados sobre densidade demográfica, renda média da população, crescimento populacional. Domicílios rústicos, Domicílios servidos por água e esgoto, percentual de instalações sanitárias precárias, e relação entre filhos vivos/ filhos nascidos vivos.

Figura 3. Nuvem de palavras dos títulos publicados entre 1978 e 1992. Elaborado pelos Autores – Software WordArt

Em julho de 1978, Albenides Ramos de Souza publicava artigo que propunha um “estudo locacional” para que o município de Nova Iguaçu implantasse em seu território “escolas profissionalizantes de 2º grau”, como forma de fornecer subsídios para uma política educacional pautada na Lei de Diretrizes e Bases de 1971. Ancorado em uma perspectiva teórica nitidamente vinculada ao viés “quantitativo”, o estudo se propõe a equacionar “uma correlação favorável entre a ação maximizadora da educação e os benefícios que dela poderão auferir os habitantes de uma determinada região” (p. 133). Além disso, registra a situação periférica de Nova Iguaçu no contexto metropolitano, pontificando o quanto esses municípios apresentaram crescimento populacional a taxas muito superiores às do núcleo, sobretudo devido ao fenômeno das migrações, e o quanto tais populações, “predominantemente de baixa renda”, procuram tais periferias por conta do preço mais baixo do solo urbano (p. 137). Essa periferação, marcada pela profusão de “loteamentos sem infraestrutura”, devido à “ausência de controle fiscal, a presença de construções espontâneas, de transações imobiliárias e financeiras não oficializadas favoreceram a implantação de loteamentos ilegais e o desenvolvimento de economias fora do sistema” (p. 139-140). A precariedade dessas infraestruturas também se refletia na dificuldade, inclusive, de se ter levantamentos estatísticos mais precisos, como a densidade demográfica e a pirâmide etária dessa população, predominantemente imigrante, pobre e jovem. Por fim, o texto demonstra que a extrema concentração dessas escolas no centro de Nova Iguaçu e a sua pouquíssima oferta nas localidades e distritos mais distantes (Queimados, Cabuçu, Japeri, Rio d’Ouro, Cava, Belford Roxo etc.) deveria ser equacionada com a implantação urgente dessas escolas principalmente nessas localidades.

Em outubro de 1979, Jane Maria Pereira Souto de Oliveira publica um texto sobre as condições de vida da população de baixa renda nas metrópoles do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesse estudo, a autora afirma que a periferia metropolitana era a alternativa possível de habitação para os mais pobres, e essas áreas eram aquelas que, em seus respectivos estados, apresentaram maior crescimento populacional. Noções como “valorização do solo urbano” nas áreas centrais e “especulação imobiliária” aparecem como ideias-chave na compreensão desse processo como um todo, em que só restava aos mais pobres as áreas mais destituídas de infraestrutura e efetivos atributos urbanos. Em abril de 1980, tratando do crescimento periférico da cidade do Rio de Janeiro, Maria Helena de Souza Palhares de Miranda buscava analisar esse processo no “setor periférico ocidental” dessa cidade, tratando mais especificamente das regiões administrativas de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, esses “vetores de penetração” urbana. Para tanto, a autora se vale, também, de conceitos como

“franjas urbana” e “diferenciação residencial”, visitando estudos da “ecologia urbana” e revelando uma interessantíssima bibliografia sobre o desenvolvimento do conceito de periferia até o momento de realização de sua pesquisa.

Em janeiro de 1983, Bezerra et al. apresentaram uma agenda de pesquisas para desvendar a “periferização urbana no Brasil”. Trabalhando com os dados recém-publicados do censo de 1980, o intuito seria desdobrar outra série de estudos, desenvolvida anteriormente, sobre a estrutura de expansão urbana e metropolitana no país naquele momento. Para os autores, ganhara força, nos anos anteriores, a formulação do problema das populações periféricas e ocorreria, assim, “a transformação de questão científica em questão política” (p. 52). Para tanto, uma “análise dos padrões de crescimento demográfico” das então nove regiões metropolitanas do país¹², juntamente com “uma revisão temática das tradições de pesquisa sobre o assunto” e o posterior levantamento de “questões passíveis de aprofundamento em trabalhos específicos posteriores” foi apresentado como o percurso da investigação e do artigo. Do ponto de vista conceitual, chama atenção as noções apresentadas no artigo: franjas urbanas, esterilização rural e valorização da terra periurbana e, finalmente, expansão urbana e descentralização de atividades e população.

Em julho de 1986, Rosa Massena apresentou um estudo sobre “criminalidade violenta” e sua geografia, indicando o quanto, naquele momento, esse assunto ganhava “uma preocupação de âmbito nacional” (p. 285), justificando a primeira menção explícita a esse tema na RBG. Buscando aperfeiçoar os dados e estatísticas do fenômeno, a contribuição do artigo vinha pela sua “distribuição espacial” na metrópole do Rio de Janeiro, instituindo uma perspectiva da “geografia do crime”, mobilizando uma literatura decorrente da chamada “ecologia urbana” (p. 286-287). Chama atenção, nesse artigo, a ênfase na relação entre centro (no caso do artigo, menciona-se como “centrais” os municípios do Rio de Janeiro e de Niterói) e periferia (os demais municípios metropolitanos) na ocorrência desses crimes, indicando que o roubo era mais comum no “núcleo”, ao passo que na periferia seria a lesão corporal. Na mesma edição da RBG, um artigo de Fany Davidovich articula um “foco” sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro, apresentando os seus vetores de industrialização, urbanização e metropolização ao longo do século 20, iluminando também a estratificação da metrópole em termos de níveis socioeconômicos, bem como o processo de “esvaziamento econômico e político” do estado (p. 356).

Para encerrar esse período, destacamos dois textos em especial. O primeiro, publicado em abril de 1987 por Diva Furlanetto, Jana Cruz e Roberto de Almeida, trata da “promoção imobiliária e espaço residencial da classe média” na “periferia metropolitana” do Rio de Janeiro. Ganha ênfase, no

¹² As regiões metropolitanas instituídas no Brasil naquele período eram as seguintes: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

artigo, a definição de “periferia metropolitana”, levantando autores, temáticas e escalas a respeito do fenômeno, apontando o consenso de que se trata de “um espaço social e economicamente desvalorizado, carente de infraestrutura e de uma coordenação da gestão dos bens públicos numa escala mais abrangente”, sendo esse espaço “ocupado por contingentes populacionais de baixa renda, que, normalmente, o usam como função de dormitório” (p. 29). No entanto, o artigo aponta para “o processo de heterogeneização da periferia” (p. 34) da RMRJ ao longo da década de 1980, apontando as novas estruturas espaciais da indústria, do comércio e dos serviços nessas regiões, interferindo diretamente na configuração de novos bairros residenciais. A cidade de Nova Iguaçu aparece, por fim, como o grande exemplo a demonstrar essa crescente heterogeneidade produzida a partir dos novos projetos imobiliários voltados para as classes médias, tal tendência é reforçada na atualidade nos estudos de Rocha (2019) na qual elenca um processo de elitização em trechos da cidade. O segundo artigo, publicado em janeiro de 1990, assinado por Cléa Souza da Silva, José Carlos Rodrigues e Nelly Câmara, traz um importante estudo sobre “saneamento básico e problemas ambientais” na RMRJ, indicando parâmetros, variáveis, dados históricos e prospecções para essa questão, tanto para o abastecimento de água quanto para o esgotamento sanitário. Nesse artigo, mais uma vez, aparece a categorização básica, no âmbito da RMRJ, das distinções entre “núcleo” e “periferia”, sobretudo quanto à dinâmica demográfica e à provisão de infraestrutura em geral.

d) 1993-1996: os últimos momentos do período “histórico” da Revista diante da “globalização” e da reforma do Estado brasileiro

Em nítido contraste com o período anterior, esse novo momento traz poucas inserções, na RBG, sobre a temática específica da “periferização” metropolitana, ou mesmo apresentando estudos feitos sob encomenda ou patrocínio direto de órgãos governamentais. Além disso, considerando que esses últimos anos marcam inclusive uma fragilização da própria revista no interior do IBGE¹³, visível inclusive pela quebra da periodicidade e aglutinação de vários números em um único exemplar, é possível verificar o esmaecimento e a relativa fragmentação dos temas e debates acerca da urbanização e, em especial, das periferias urbanas.

¹³ Almeida (2000) apresenta, em seu texto, a chamada “diáspora ibgeana”, em que, sobretudo a partir de 1991, sob a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), houve “uma verdadeira drenagem de funcionários do IBGE” (p. 291). O autor relata que, dos 115 geógrafos atuantes na instituição em 1990, até o final do ano seguinte, 1991, 45 solicitaram aposentadoria, e sem que tivesse havido nos anos seguintes uma renovação dos quadros atuantes no órgão.



Figura 3. Nuvem de palavras dos títulos publicados entre 1993 e 1996.

Elaborado pelos Autores – Software WordArt

Na edição de janeiro a dezembro de 1994, no entanto, constam algumas importantes contribuições sobre a temática das periferias urbanas. Saint-Clair Trindade Jr., por exemplo, indica a “dinâmica urbana e o uso do solo em Belém”, enfatizando a “zona periférica” do centro da cidade, abordando “heranças espaciais” e “formas espaciais desaparecidas” em contraste com a instituição de “formas espaciais recentes”, incidindo em um processo de “enobrecimento” dessa região. Adiante, na mesma edição da RBG, Mônica Sampaio Machado revela “a territorialidade pentecostal”, indicando um “estudo de caso em Niterói”, enfatizando o crescimento dessas denominações religiosas no Brasil e na RMRJ ao longo dos anos 1980, e indicando que “essa religiosidade popular, essencialmente urbana, vem se destacando nos meios de comunicação de massa como um dos fatos sociais de maior expressividade deste final de século”, o que chamava atenção dos intelectuais e da Igreja Católica (p. 135). Por fim, a autora destaca a distribuição socioespacial do pentecostalismo, iluminando suas hierarquias e as estratégias de expansão de sua influência no tecido socioespacial urbano contemporâneo, sobretudo o periférico. Em janeiro de 1995, Zeny Rosendhal publicava outro texto que vinculava Geografia e religião, apresentando o caso de Porto das Caixas, município “periférico” de Itaboraí (RJ), e que, segundo a autora, era um “centro religioso, relativamente recente, ordenado e seguro, numa periferia caótica e selvagem como a Baixada Fluminense” (p. 57-58). Adiante, a autora apresenta a gênese do lugar, a procedência dos romeiros e a organização espacial da vila, que a autora estimava receber anualmente, na época, cerca de 100 mil visitantes (p. 70).

Em abril de 1995, Carlos Alberto Franco da Silva destacava a “segregação residencial” no Rio de Janeiro, a partir da atuação do “capital incorporador”. Mobilizando um arcabouço conceitual que iluminava a propriedade e a renda da terra como atributos fundamentais da valorização imobiliária, indica a expansão da atuação desse capital “para áreas consideradas até então como periferias”, o que indicava uma “suburbanização das classes mais abastadas”, devido ao alto custo do solo na zona sul carioca, e ao “achatamento salarial” das classes médias e o “fim do financiamento imobiliário feito pelo extinto BNH” (p. 8). Por fim, o autor chama atenção para o grande número de lançamentos imobiliários, sobretudo de edifícios de apartamentos, nas regiões dos “Subúrbios” e de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, entre os anos de 1983 e 1994, consolidando este último como a “fronteira do capital incorporador” (p. 21).

Guisa conclusiva - Problematizando e levantando possibilidades futuras de investigação e instigando novos debates

Como apontado, a abrangência do tema das periferias urbanas e o fato dessa questão ter assumido certa centralidade em alguns períodos específicos dos primeiros cinquenta e sete anos de história da RBG nos trouxe vários desafios, tanto para a investigação quanto para a exposição. Um deles era selecionar os artigos e demais contribuições que, de alguma forma, anunciavam, levantavam ou problematizavam, de modo mais ou menos explícito, essa temática. Outro desafio era constituir uma unidade, no âmbito da exposição, que tornasse clara ao leitor a recorrência dessa temática e o fato dela ter ocupado parte significativa da própria produção da revista.

Conforme apresentado, uma das tendências da maneira como aquilo que entendemos hoje como parte das periferias urbanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram paulatinamente exploradas enquanto forma-social estão ligadas mais claramente aos estudos após os anos de 1970. Outro elemento singular foi a predominância de textos relacionados ao Rio de Janeiro, que pode estar associado tanto ao papel que a cidade desempenhou enquanto distrito federal quanto ao fato de ter sido a sede do IBGE, bem como a profunda relação desta instituição com a UERJ e a UFRJ, espelhado por exemplo nas autorias de professores e alunos ligados a estas instituições fluminenses.

Por isso, entendemos que esta pesquisa nos trouxe importantes problematizações e encaminhamentos futuros de investigação, e que poderão incentivar, inclusive, outro(a)s pesquisadore(a)s a seguir essas trilhas tortuosas de construção de um objeto, tão presente quanto fugidio, de nossa realidade contemporânea, que são as periferias urbanas.

Assim sendo, indicamos, os possíveis temas a seguir:

- Os ritmos da RBG diante da “modernização retardatária” brasileira: paradigmas, questões e (im)possibilidades do periódico e da instituição.
- Divisão social do trabalho e reforma do Estado: quais os papéis do pesquisador-planejador nesse período (1939-1996) e atualmente (2024)?
- A Geografia diante da crise: paradigmas de um campo do conhecimento atravessado pelos (des)caminhos históricos da formação social capitalista e sua particularidade brasileira, sobretudo na era neoliberal, quanto às periferias urbanas.
- Papel intelectual das mulheres da produção intelectual no IBGE, sobretudo se pensarmos o papel de Lysia Bernardes, Maria Terezinha de Segadas Soares e Fani Davidovich.
- Centralidade do Rio de Janeiro em Estudos urbanos e a relação do IBGE com a cidade e instituições.

Por fim, longe de apresentar linhas conclusivas, a presente investigação buscou, a partir de uma perspectiva abrangente, pensar outras possibilidades de leitura sobre as periferias a partir da produção da RBG. Torna-se evidente o papel intelectual desta revista na construção e reconhecimento das transformações experimentadas no território brasileiro. Por isso, entendemos que existem muitas reflexões possíveis a serem realizadas a partir da produção existente, o que demonstra o potencial desta importante revista institucional como fonte e objeto de investigação

Bibliografia

- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. *A Geografia e os Geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 341 p. e anexos. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- ALONSO, Delnida Martinez. Alguns aspectos geográficos do município de Itaguaí. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 22, n. 3, p. 381-431. 1960
- BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. *A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)*. 2010. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. v. 23, n. 3, p. 495-526, 1961.

- BERNARDES, Nilo. Notas sobre ocupação humana da montanha no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*. v.21, n.3, p. 363-388, 1959.
- BEZERRA, Vera Maria d'Ávila Cavalcanti; CRUZ, Jana Maria; BAHIANA, Luís Cavalcanti da Cunha. Periferização urbana no Brasil: um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*. v.45, n. 1, p. 51-92, 1983
- BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 2, n°2-3, 1976. Disponível em < https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_2_3454 > Acesso em 25 mai.2024.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Texto para discussão n° 621*. Brasília: IPEA, 1999.
- CAMPOS, Maria da Glória de Carvalho. Causas geográficas do desenvolvimento das olarias na Baixada da Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*. v.17, n. 2, p. 123-152, 1955.
- CASTRO, Iná Elias de; ROCHA, Maria do Socorro; SANT'ANNA, Marina. Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 39, n. 4, p. 66-81,1977
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; e PINTO, Vagner André Moraes. Relações de gênero e a Revista Brasileira de Geografia: expressões da tradição geográfica nacional (1939-2005). *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 2, p. 366-379. 2018.
- DAVIDOVICH, Fany. Um foco sobre o processo de urbanização do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 48, n. 3, p 333-371, 1986.
- FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jana Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt de. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 49, n. 2, abr. p.27-56, 1987.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*. v.18, n. 4, p. 495-522, 1956.
- GEIGER, Pedro Pinchas e SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 16, n. 3, p. 291-314, 1954
- GEIGER, Pedro Pinchas. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v.22, n. 1, p. 3-46, 1960
- KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1991].

- LANGENBUCH, Juergen Richard. O sistema viário da aglomeração paulistana – apreciação geográfica da situação atual. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 33, n. 2, p. 3-38, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique*. 12 mots clefs pour le monde moderne. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].
- LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. *E-metropolis*, ano 6, nº 22, set. 2015, pp. 6-15.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LINDGREN, C. Ernesto S.; BARBOSA, Elane Frossard; PETIERLE, Roberto Tavares. Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 38, n. 1, p. 83-123, 1976
- MACHADO, Monica Sampaio. A implantação da geografia universitária no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Nº 69 (5), 1 de agosto de 2000. Disponível em < <https://www.ub.edu/geocrit/sn-69-5.htm> > Acesso em 15 de jan.2024.
- MACHADO, Monica Sampaio. A territorialidade pentecostal: um estudo de caso em Niterói. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 56, n. 1-4, p. 135-164, 1994
- MASSENA, Rosa Maria Ramalho. A Distribuição espacial da criminalidade violenta na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 48, n. 3, p. 285-331, 1986.
- MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Aspectos geográficos do abastecimento do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*. v.21, n. 2, p. 165-190, 1959
- MIRANDA, Mariana Helena de Souza Palhares de. Crescimento periférico da Cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais da ocupação residencial. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 42, n. 2, p. 265-309, 1980
- OLIVEIRA, Jane Souto de. Condições de vida da população de baixa renda nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 41, n. 4, p. 3-58, 1979
- PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Memória Institucional 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

- ROSENDAHL, Zeny. Espaço sagrado: o exemplo de Porto das Caixas, Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 1, p. 53-72, 1995.
- ROCHA, André Santos. Reestruturação urbana e o "novo mercado imobiliário" em Nova Iguaçu (RJ). *Revista Continentes* n. 14, p.6-29, 2019. Disponível em: <<https://revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/232>>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- SENRA, Nelson de Castro. *Tradição e renovação*. Uma síntese da história do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- SILVA, Carlos Alberto Franco da. A segregação residencial carioca sob a égide do capital incorporador. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE v. 57, n. 2, p 5-27, 1995.
- SILVA, Ciléia Souza da; RODRIGUES, José Carlos Valim; CÂMARA, Nelly Lamarão. Saneamento básico e problemas ambientais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, v. 52, n. 1, p 4-103, 1990.
- SILVA, Márcio Rufino. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região. *Espaço e Economia* [Online]. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.16343>
- SOARES, M. T. de Segadas. Nova Iguaçu – absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 24, n. 2, p. 155-255, 1962
- SOUZA, Albenildes Ramos de. Estudo locacional para a implantação de escolas profissionalizantes de 2º grau no Município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE v. 40, n. 3-4, p. 131-232, 1978.
- TEIXEIRA, Marlene P. V. Padrões de ligações e sistema urbano: uma análise aplicada aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. v. 37, n. 3, p. 16-55, 1975.
- TÍRICO, José Domingos. A região do alto curso superior do Tietê. *Revista Brasileira de Geografia*. v.22, n. 4, p. 519-584, 1960.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A Dinâmica urbana e o uso do solo em Belém: análise de processos espaciais em zona periférica do centro. *Revista Brasileira de Geografia*. v.56 n.1_4, p. 123-134, 1994.

SOBRE OS AUTORES

Marcio Rufino Silva  - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura, 2005), concluindo Mestrado (2008) e Doutorado em Geografia Humana (2013) e Pós-Doutorado em Geografia (2023) na Universidade de São Paulo (USP). É Professor Adjunto e pesquisador permanente do PPGGEO da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando no Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências. Coordena o grupo “Para uma crítica da Economia Política do Espaço”, sediado na UFRRJ, e participa do grupo de pesquisa “Geografia Urbana: a vida cotidiana e o urbano”, sediado na USP.

E-mail: marciorufis@ufrj.br

André Santos da Rocha  - Mestre em Geografia pela UFF e Doutor em Geografia pela UFRJ. Possui estágio pós-doutoral em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. É Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e coordenador do LAGEP - laboratório de Geografia econômica, política e Planejamento, onde lidera projetos de pesquisa sobre a Baixada Fluminense e sua condição de periferia urbana e o saneamento básico com financiamentos da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro). Atualmente encontra-se como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (2023-2025).

E-mail: asrgeo@ufrj.br

Data de submissão: 3 de agosto de 2024

Aceito para publicação: 30 de setembro de 2024

Data de publicação: 18 de outubro de 2024